

Entrevista com a Professora Ana Maria Athayde Polke, realizada em agosto de 2010

Ana Maria Athayde Polke

Terezinha de Fátima Carvalho de Souza

Vamos iniciar a entrevista com a Professora Ana Maria Athayde Polke, que foi Diretora da Escola de Biblioteconomia, hoje, Escola de Ciência da Informação (UFMG), no período de 1977 a 1981. Foi, também, Coordenadora do Curso de Graduação, de 1971 a 1973, e Vice-Diretora da Escola de Biblioteconomia, no período entre 1974 e 1977. Fez seu Curso de Mestrado e Doutorado na *Loughborough University of Technology*, Inglaterra.

Com a dissertação "*A rationale for the development of audio-visual materials at the University Library of the Federal University of Minas Gerais*", recebeu o prêmio "*Sisson and Parker*", concedido pela *Loughborough University*, como a melhor dissertação do ano de 1976.

Entrevistadora – Profa. Ana Maria, gostaríamos que, inicialmente, nos falasse um pouco sobre as características da Escola, na época em que era Diretora.

Profa. Ana Maria – Primeiramente, quero parabenizar quem idealizou ou está conduzindo essa iniciativa de entrevistar os diretores que já passaram pela Escola, que fazem parte de uma memória, de um processo histórico. Acho essa ideia mais do que louvável.

Entrevistadora – Quem está conduzindo essa iniciativa é o Professor Jorge Tadeu, que, hoje, é o editor da revista.

Profa. Ana Maria – O Jorge Tadeu, que eu ainda não conheço, sabe dos problemas da memória, não é? Lembro-me que, quando estávamos na Paraíba, nós tivemos contato com os escritos de Eric Hobsbawn, historiador inglês que trabalha a questão da memória. Afinal, estou aposentada há mais de 20 anos. E, quando tive esse gentil convite, pensei: não tenho mais registro nenhum, até meu *curriculum vitae* estava em disquete e mandei imprimir para lhe entregar, pois, provavelmente, precisarei dele para me lembrar de datas.

Em maio de 1977, assumi a direção da Escola pelo tempo regulamentar de quatro anos. No período anterior, eu exercera a vice-diretoria, tendo me afastado do país no último ano daquele mandato para cursar o mestrado na Inglaterra. A diretora Jandira Batista Assunção se

empenhava muito para formar o pessoal docente em nível de pós-graduação. Eu acabara de voltar da Inglaterra, após a obtenção do mestrado e já estava com o doutorado em andamento, naquele 1977.

Em setembro, quatro meses após ter assumido a direção, os estudantes de graduação deflagraram greve na Escola, com paralisação das aulas e concentração em assembleias, onde também estavam presentes estudantes de outras unidades. Razão da greve: a cobrança pela Escola, a preço de custo, de fotocópias de apostilas e exercícios. Convivendo com orçamento estreito e face ao volume assumido pela reprodução de fotocópias e, ainda, levando-se em conta que os estudantes reproduziam cadernos inteiros de colegas, não me pareceu absurda a cobrança.

Aquele setembro foi, sobretudo, marcado pela dor da tragédia familiar – o falecimento, em acidente, do meu filho Roberto. Os professores tentaram dialogar com os estudantes, mas não conseguiram. Assim, fui convocada em casa, ainda durante os sete dias de licença legal, para presidir a congregação da Escola e resolver o assunto greve.

É preciso lembrar que em 1977, o país estava sob ditadura militar e a universidade era um dos locais mais visados pela repressão. O reitor comunicou-me a sua apreensão quanto à greve estudantil e garantiu-me suplementação orçamentária para enfrentar aquele problema. Presidi a reunião da congregação e os estudantes comemoraram, alegremente, a gratuidade de suas cópias. Aparentemente, a Escola voltara à normalidade, mas, evidenciavam-se os sinais de que estávamos sob vigilância direta. Circulava pelos corredores um elemento estranho à Escola, lendo atentamente os quadros de avisos, misturando-se com os estudantes nos intervalos das aulas. Quem era aquela pessoa? Soube quem era, quando o funcionário José Elídio entrou muito assustado na minha sala da diretoria e comunicou-me ter sido incumbido, por um agente do DOPS, para denunciar qualquer incidente “subversivo”. Passei, também, a receber com maior frequência, correspondências com o carimbo confidencial, sempre com o mesmo teor, alertando-me pela responsabilidade pessoal quanto a quaisquer manifestações de caráter subversivo, no âmbito da Escola. Em minha casa, chegamos a ter nossa correspondência violada, inclusive as que vinham da Alemanha para o meu marido, e as da Inglaterra, do meu orientador de tese. Todas devidamente carimbadas pela Polícia Federal.

Todavia, a coragem dos nossos estudantes naquela greve de 1977, não foi seguida por outras mobilizações de natureza propriamente política.

Na época em que fui Diretora, a Escola estava passando por mudanças grandes. A mudança principal foi a implantação do curso de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Não foi iniciado quando eu estava na Diretoria, mas estava no início, no máximo no segundo ano de funcionamento. A Escola, então, ficou muito movimentada, porque chegaram mais alunos, que eram, na realidade, professores de outras escolas do Brasil, professores estrangeiros e de outras unidades da UFMG. Nessa época, a Escola já tinha bem estabelecido o curso de graduação,

em um período de quatro anos. A Pós era novidade. O credenciamento do nosso curso de Pós-Graduação, pelo Conselho Federal de Educação, não foi um processo fácil. Esse processo foi, principalmente, um esforço da Coordenação do Mestrado e seu colegiado, sendo que a Diretoria ficou na parte de apoio. O mérito está com a Coordenadora da época, Maria Marta de Carvalho, e, depois, com a Coordenadora seguinte, que estava enquanto eu era Diretora, a Professora Etelvina Lima. As duas foram importantes na principal conquista da Escola de Biblioteconomia, durante minha gestão.

Entrevistadora – Nossa biblioteca, hoje, leva seu nome...

Profa. Ana Maria - Foi uma homenagem muito justa. Eu iniciei na biblioteconomia com a Etelvina Lima. Sua confiança me dava coragem para fazer as coisas. A Marta foi uma grande administradora e diretora. Foi, inclusive, a que ficou mais tempo, oito anos. Em relação às dificuldades, tínhamos as mesmas dificuldades que outras unidades universitárias. A Escola tinha professores estrangeiros, que deram uma contribuição importante, embora com suas características e expectativas diferentes. Às vezes, para ambos, os professores da Escola e os estrangeiros, nem sempre as expectativas eram cumpridas, pois, além das diferenças culturais, havia preconceitos. Os professores estrangeiros foram muitos, tinha época que eram dois ao mesmo tempo. Lembro-me da história de um professor americano. Posso contar?

Entrevistadora – Claro.

Profa. Ana Maria – Era comum, os professores estrangeiros passarem pela diretoria para conversar e às vezes se queixar. Um dia, um professor americano chegou horrorizado por que caminhava a pé para a escola e, no caminho, ele tinha visto um rato! Eu, então, disse: Ah, é? Eu também vi um rato nos trilhos do metrô de Londres, a tradicional Londres. Lá e cá, essas coisas acontecem...

No computo geral, foi uma experiência boa. Alguns professores fizeram parte de uma comissão para planejar o curso de Pós-Graduação. Havard Williams foi o consultor estrangeiro, através do Conselho Britânico, e trabalhou com a comissão para formular a grade do curso de Pós-Graduação, no tempo da Diretoria da Professora Jandira. O Professor Havard Williams tinha experiência de trabalho no Canadá, França, na própria Inglaterra, onde, à época, era diretor no departamento da *Loughborough University*. Depois ele viria a ser o meu orientador de tese de doutorado.

Entrevistadora – E sobre a graduação, como a Professora Ana relembra aquele momento?

Profa. Ana Maria - Com relação à Graduação, penso que a nossa geração esteve marcada pela preocupação com o currículo mínimo, em vigor há 20 anos. Professores da Escola, como Maria Augusta da Nóbrega Cesarino, em 1973, Anna da Soledade Vieira e Etelvina Lima, em 1977, Maria Luiza Alphonsus de Guimarães Ferreira e Paulo da Terra Caldeira, também em 1977, publicaram artigos, analisando os problemas e apontando a necessidade de mudança curricular. A minha tese de Doutorado, em 1980, também trabalhou essa questão. Problemas como o transplante acrítico de modelos alienígenas de ensino, sem atentar para as diferenças marcantes entre a nossa e as sociedades que desenvolveram aqueles modelos; a fragmentação de disciplinas em compartimentos estanques; e, sobretudo, a consciência de ser a Biblioteconomia um campo técnico, mas, com a importante dimensão social em sua aplicação. Eram preocupações de nossa geração. Lembro-me da minha tese de doutorado, defendida na Inglaterra, cujo título se reportava à desconexão entre biblioteca/biblioteconomia e a sociedade no Brasil.

Em 1974, a Escola fora estimulada, pela Pró-Reitoria de Graduação, a realizar estudos e pesquisas que subsidiassem o planejamento do ensino, pesquisa e extensão no campo da biblioteconomia. Constituiu-se um grupo de pesquisa, com as professoras: Elizabeth de Melo Bonfim Araújo, do Departamento de Psicologia, Maria Augusta da Nóbrega Cesarino e eu, nós duas da Escola.

Elaboramos um projeto que se dividiu em três subprojetos: - análise do mercado de trabalho do bibliotecário, em Belo Horizonte; - análise do corpo discente da Escola de Biblioteconomia da UFMG; e - estudo do usuário da informação em Belo Horizonte, por tipos de bibliotecas e serviços de informação. O desenvolvimento das pesquisas resultou em artigos publicados e apresentações em congressos nacionais de biblioteconomia e documentação.

Aquele esforço de investigação forneceu subsídios importantes para o planejamento curricular. Ficou muito evidente, por exemplo, o fato de o bibliotecário atribuir-se um papel mais relacionado com a execução de tarefas e menos com o planejamento e desenvolvimento de ideias e estratégias de ação.

Em fevereiro de 1978, um convênio da Escola com a CAPES, possibilitou a retomada, interrompida por cerca de dez anos, dos seminários de metodologia no ensino de biblioteconomia. Houve a participação de quase todos os cursos do país. Responsável pela organização e coordenação geral dos seminários, eu introduzi uma tarde para a discussão do currículo de biblioteconomia. Que o método não se tornasse mais importante do que o conteúdo, já que estávamos em um seminário de metodologia. Os resultados dos seminários foram sintetizados e publicados na Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG, em março de 1978.

Em 1980, por designação do Ministério da Educação e da CAPES, passei a fazer parte da comissão para apresentar uma proposta de

mudança do currículo mínimo da biblioteconomia. Como se sabe, a iniciativa do MEC abrangeu também outras áreas do conhecimento. Reunida em Brasília, durante uma semana, a comissão chegou a uma proposta, tendo eu ficado encarregada da redação final do documento. Solicitei que cada membro da comissão visitasse todos os cursos, para discutir e estimular a apresentação de sugestões. Pessoalmente, fiquei responsável pelos estados da Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba e Minas Gerais. Houve boa receptividade à proposta e o grande volume de sugestões recebidas pela comissão traduziu o interesse pelo currículo. A análise das sugestões ficou a cargo da professora Suzana Muller, de Brasília. O currículo foi aprovado pelo Conselho Federal de Educação, apesar da introdução, à última hora, de modificações não desejadas. Na nossa Escola, a implantação do novo currículo foi precedida por trabalho conjunto de todos os professores.

Os costumes estavam muito arraigados e era necessária uma mudança de mentalidade. Sinto que as pessoas que pensaram nessa questão do currículo mínimo, de 1962, como a Etelvina, ao lado das disciplinas técnicas, estavam pensando também em disciplinas que dessem maior embasamento cultural para o bibliotecário atuar. Porém, essas disciplinas denominadas culturais, tornaram-se ornamentais, uma vez que não havia um entrosamento pedagógico dos professores das disciplinas culturais com os das disciplinas técnicas. Então, a técnica se tornou um fim em si mesmo, sem que houvesse uma reflexão acerca do que seria a biblioteconomia, seu objeto de estudo, a prática do bibliotecário, o contexto social, etc. Logo, a nossa geração esteve muito preocupada com isto, trabalhando essas questões.

Entrevistadora – E, apesar das modificações de última hora, como a Senhora viu o resultado?

Profa. Ana Maria – Penso que tínhamos consciência de não ser o novo currículo, algo acabado, definitivo. A implantação demonstraria a necessidade de ajustes, que de fato foram feitos. Não tínhamos, também, a ilusão de ser o currículo, o instrumento único para a mudança desejada no ensino da biblioteconomia. Já ocorriam importantes avanços tecnológicos, ocasionando um excesso de informação, sem a mudança correspondente na formação das pessoas. Sociedades como a nossa, que mantêm ainda uma enorme massa de pessoas sem acesso aos níveis mínimos de educação, colocam para a universidade, em particular para setores como a educação, a biblioteconomia e comunicação, o desafio de natureza ética mesmo, de procurar desenvolver no estudante a capacidade de seleção da informação disponível. Lembrando, o documento de proposta de mudança curricular caracterizou o bibliotecário como “o profissional que seleciona, organiza e dissemina a informação científica, tecnológica e cultural, contida em material bibliográfico e audiovisual.”

O currículo teria que ser flexível, considerando-se o *core* currículo, obrigatório nacionalmente. Depois viriam as optativas, atentando para as

diferenças regionais: se é um Estado com importantes coleções de livros raros, justifica-se a paleografia, por exemplo, como disciplina optativa, mas não obrigatória para todas as regiões, mesmo onde não existam documentos raros, antigos, que exijam tal conhecimento. Então, essa flexibilidade era almejada em função das disciplinas optativas.

A organização do nosso currículo ocorreu por áreas de assuntos, que se desdobraram em disciplinas. Na época, a preocupação com a mudança de currículo não era exclusividade da biblioteconomia, mas de várias outras áreas também.

Entrevistadora – E, nesta época, criou-se o ciclo básico, não é?

Profa. Ana Maria – É. O ciclo básico foi criado nessa época também, o que foi uma coisa muito importante. Analisando a proposta de mudança do ciclo básico a partir da Filosofia, vemos que a mesma se deu em plena ditadura, quando eu fui Diretora. Então, os alunos do ensino secundário não tinham uma visão histórica, crítica do país, já que era tudo censurado. Os tais problemas brasileiros que deveriam ser estudados, pelos alunos, estavam sob censura. Então, o ciclo básico visava que os alunos mergulhassem na realidade brasileira. Em um estudo meu, vi que a proposta foi ótima, em termos de disciplinas, objetivos, programação...

No entanto, detectamos o problema da falta de uma ponte entre o Ciclo Básico e o Profissional. Era como se os alunos saíssem de um compartimento, fechassem a porta e entrassem em outro. E, não havia retomada, relação, interação, encontro entre os professores de um e outro ciclo. Então, na época, eu fiz um questionário com os alunos e percebi que eles gostavam do ciclo básico, mas não viam relação com a biblioteconomia.

E eu gostaria de frisar que eu sempre vi a biblioteconomia como uma técnica, tendo em vista seus aspectos práticos. Não há desdouro nenhum em falar que a biblioteconomia é uma técnica e não uma ciência. Mas, uma técnica que deveria empregar fundamentos e conhecimentos científicos de outras disciplinas.

Entrevistadora – No período que exerceu a diretoria da Escola de Biblioteconomia, como era o corpo docente?

Profa. Ana Maria - Na minha época, poucos professores tinham mestrado, outros estavam em fase de formação. Era necessária, portanto, a formação de pessoal. Quando eu fui defender minha tese de Doutorado, na Inglaterra, eu era Diretora e consegui fazê-lo por meio do regime de externato. Então, consegui que me substituíssem durante as minhas idas até lá.

Na formação pós-graduada, um aspecto interessante que aconteceu com a Escola, foi a formação diversificada, uma vez que foram pessoas para diversos lugares, como a Inglaterra, os Estados Unidos e no próprio

IBICT. Tal fator possibilitou que houvesse visões e experiências diferentes, o que foi muito bom para a Escola.

Entrevistadora – E com relação aos funcionários e aos alunos. Quais são as suas recordações?

Profa. Ana Maria - Havia funcionários bem antigos, mas, vieram os novos, em função do mestrado. E, naquele momento, o corpo de alunos da graduação era essencialmente feminino, de pessoas da classe média até a classe A. E o interessante é que, alguns anos depois, já aposentada, eu fui fazer um estudo de avaliação de currículo com os alunos e tive a satisfação de ver que havia alunos, também das classes trabalhadoras, cujo pai era pintor de parede, por exemplo. Isto demonstra o maior acesso à universidade por parte das classes trabalhadoras. No meu tempo de estudante, a classe era predominantemente feminina. Em uma turma de trinta alunos, tinha um homem – quando tinha. Essa era a composição estudantil da época.

Entrevistadora – Como era naquele momento a relação da Escola de Biblioteconomia com a sociedade, o mercado de trabalho? A Escola tinha visibilidade fora da UFMG?

Profa. Ana Maria - A Escola possuía um conceito muito bom dentro do Brasil. No que tange ao mercado de trabalho, nosso estudo comprovou – e nós conseguimos abranger toda a população – que estavam todos empregados. Então, o mercado de trabalho absorvia os nossos alunos. Contrariamente, na Paraíba (onde trabalhei seis anos após ter aposentado), era possível observar, embora não houvesse um estudo sistemático, que o mercado de trabalho não estava absorvendo todos os egressos da biblioteconomia.

Desde o nosso tempo, várias unidades solicitavam professores nossos, principalmente na área de normalização. Nós também tínhamos professores de outras unidades dentro da Escola, tanto na Graduação como no Mestrado. Porém, esta visibilidade da Escola fora da UFMG não era comparável às “quatro grandes” da época: medicina, engenharia, odontologia e direito. Até no Conselho Universitário, houve um tempo que à frente ficavam as quatro grandes e nós ficávamos mais ou menos do meio para o fim. Depois é que o Conselho adotou o formato em “u” onde à frente ficava o Reitor. Não havia mais fileiras.

Entrevistadora – Em sua opinião, quais foram as pessoas que mais contribuíram para a consolidação do Curso de Biblioteconomia?

Profa. Ana Maria – Todos os professores, de modo geral, contribuíram para esta consolidação. De modo marcante, a Etelvina, que iniciou; a Marta, que ficou tanto tempo na administração; a Jandira que começou a pós-graduação; e todos os demais, que eram convidados para

congressos, apresentavam trabalhos... Eu tenho até receio de nomear e injustiçar pessoas.

Entrevistadora – Gostaria que nos falasse um pouco sobre a revista, o carro-biblioteca e sobre a infraestrutura da Escola, por exemplo, os laboratórios.

Profa. Ana Maria - A revista foi um marco importantíssimo da Escola. Eu compartilhei muito desse ideal da revista. Para a realização dos trabalhos na Escola, sempre foram designadas comissões, sendo os processos de sua elaboração divididos em grupos de trabalho.

O carro-biblioteca era minha paixão, do qual eu fui a primeira supervisora e a minha grande alegria é que até hoje é muito atuante e importantíssimo. Foi recusado por alguns Estados e escolas, porque as pessoas não viam sentido nele, como unidade. Mas, quando ele foi oferecido à Escola, a Diretora na época, Jandira, me passou o cargo. Então eu levei minha experiência de carro-biblioteca das bibliotecas ambulantes do SESI, direcionadas aos operários, com os quais eu havia tido muito contato. A minha aproximação com os operários e suas leituras viriam a influenciar o meu modo de pensar e de encaminhar meus estudos. Eu estive muito ligada às bibliotecas ambulantes, às fábricas da cidade industrial, ao interior, pois trabalhei muito tempo no SESI e no SESC. Então, quando eu fui supervisionar o carro-biblioteca, inicialmente eu fiz uma visita às localidades da Grande BH, que não eram cobertas pela Biblioteca Pública e pelo SESC – as duas instituições tinham ônibus-biblioteca. Informe-me quais eram as cidades e, em seguida, visitei as Prefeituras para falar do plano do carro-biblioteca da Escola.

Em uma conversa com o Prefeito de Ibirité, ele afirmou que se tratava de uma região de hortigranjeiros, situada no cinturão-verde de Belo Horizonte, onde ninguém lia. No entanto, eu insisti e tive a satisfação de saber que em Sarzedo, um bairro de Ibirité, por exemplo, os meninos faziam fila para esperar o carro-biblioteca e encapavam os livros com jornal enquanto estavam lendo, para não estragar. Então, formou-se uma comunidade de muitos leitores, principalmente crianças e adolescentes.

Certa vez, em um encontro promovido pelo INL, me foi perguntado, como supervisora do carro-biblioteca, por que não era atingida a população como um todo, e sim crianças e adolescentes, em sua maioria. Eu informei que nós havíamos propagado na igreja, na rádio local, nas escolas e que aquelas crianças e aqueles adolescentes é que tinham a curiosidade e talvez o tempo, e, então, se aproximavam. Nós observávamos que os livros circulavam por mais de uma pessoa nas famílias. Também considerávamos importante trabalhar com as crianças, contribuindo para a criação do hábito da leitura. As professoras Márcia, Maria Eugênia e Madalena, então alunas, foram as estagiárias do carro-biblioteca, naqueles primeiros anos.

Às vezes, algumas crianças já com 12 anos, pegavam livros que praticamente só tinham figuras e a gente ficava um pouco impressionada

porque eram crianças que já estavam na escola. A Etelvina já dissera, em relação aos operários e suas leituras: "A leitura não se faz aos saltos, se não leram antes, começam assim". Esta era a "teoria" para explicar porque os operários emprestavam livros infantis, cheios de figuras e ficavam lendo durante o intervalo do almoço, à sombra das paredes da fábrica.

A caixa-estante que levávamos às fábricas, continham livros variados: romances, policiais, livros infantis e manuais profissionais, na época editados pela LEP, capa dura e traduções com muitas ilustrações. Parecia-nos adequado levar, por exemplo, o Manual do Fresador. Só que ninguém se interessava. O gerente explicou que as máquinas eram todas importadas, os operários eram treinados somente para operá-las e, também, não tinham nível escolar para entender aquela linguagem.

No que se refere aos laboratórios, estes não são do meu tempo, mas considero-os essenciais, tais como os de informática. Se você me perguntasse qual o grande avanço entre o meu tempo e os tempos atuais, lhe responderia que é de natureza tecnológica, dada a possibilidade de acesso à informação, em tempo real. Então, o bibliotecário possui um papel de intermediação ao acesso à informação, tendo em vista que nossa sociedade é composta por tantas pessoas que não têm acesso a um nível mínimo de educação. Sociedades como a nossa, que mantêm ainda enorme massa de pessoas sem acesso aos níveis mínimos de educação, colocam para a universidade, particularmente para setores como a educação, biblioteconomia, comunicação, um desafio ético de procurar desenvolver no estudante a capacidade de seleção da informação e visão crítica da mesma.

O desafio é contrapor-se à comunicação da mídia. Então, se a única informação que o indivíduo tem é a partir da televisão, questiona-se como se forma, politicamente, a cabeça dessa pessoa, já que não há outros acessos.

Entrevistadora – Como via a relação entre biblioteconomia e ciência da informação?

Profa. Ana Maria - Quando fui fazer mestrado na Inglaterra, o departamento se chamava *Library and Information Studies*. E, uma colega questionou o professor Harvard Williams: - Por que nos Estados Unidos já é *Library and Information Science* e aqui não? O professor respondeu: - Nós aqui somos cautelosos. A gente ainda não vê no campo, um corpo teórico, com princípios, metodologia científica. Então ainda não adotamos o termo, mas aí ele nos devolveu: - Mas esperamos que vocês desenvolvam teses, estudos que justifiquem o *science*!

A mim, me incomodava a biblioteconomia como fazendo parte da ciência da informação. Eu, pessoalmente, sempre via a biblioteconomia como uma técnica, mas sem metodologia, sem controle. Nossos conceitos não eram bem definidos. As técnicas não tinham base científica. Eu via o campo bastante frágil, apesar de sua importância social.

Na época, adotávamos para a ciência da informação a definição de Borko¹, que é do fluxo da informação desde a produção até o uso.

Falava-se em interdisciplinaridade e é muito perigoso falar nisso se não há um movimento de ida e vinda. Se você só aporta conhecimentos, teorias de outras ciências, qual a sua contribuição para as outras áreas, que bem caracteriza a interdisciplinaridade?

Se eu digo que a biblioteconomia é uma técnica e ela procura métodos científicos de outras ciências, é uma coisa. Agora se eu digo biblioteconomia é uma ciência eu começo a perguntar: quais são os construtos da biblioteconomia, qual método científico lhe serve? Não estou falando de formulação matemática apenas, isso é muito importante, mas não confere o estatuto de ciência a nenhuma disciplina.

Nós tínhamos uma esperança enorme em relação à ciência da informação. No que tange à biblioteconomia, nós achávamos que a contribuição do ciclo básico com as ciências sociais, para formar uma consciência social, era promissora, desde que a biblioteconomia, por sua vez, também tivesse as suas abordagens, sempre em vista do contexto da sociedade. Esta era a grande esperança relacionada à mudança curricular, além de deixar de ser tão tecnicista e tão detalhista, apenas. Resgatar a aplicação dessas disciplinas nas outras do currículo.

Quando a biblioteconomia foi introduzida no Brasil, foi um transplante totalmente acrítico. Por exemplo, o código de catalogação Vaticana da biblioteca de obras raras foi o código que eu estudei.

Entrevistadora – Profa. Ana, quais os motivos que fizeram com que escolhesse biblioteconomia?

Profa. Ana Maria – Estudar biblioteconomia foi um desejo que me ocorreu aos dezoito anos, quando comecei a trabalhar junto ao Jornal do SESI, periódico destinado aos operários e elaborado pelos renomados jornalistas Franklin de Oliveira Salles e Cid Rabelo Horta, já falecidos. Eram jornalistas que se sentavam à máquina de datilografia e escreviam suas matérias. Não havia muito trabalho para mim e, assim, podia frequentar a Biblioteca Central do SESI, no mesmo andar. Ali, Etelvina Lima havia criado um ambiente agradável e organizara os serviços de bibliotecas ambulantes e circulantes, para levar livros aos operários da Capital e do interior. Etelvina, a mestra de todos nós bibliotecários, encomendava-me a confecção de cartazes ilustrados relativos à leitura, para serem afixados nas fábricas, anunciando a chegada dos livros. Logo me tornei uma das alunas de biblioteconomia, curso que, à época, não integrava a universidade. Apesar de funcionar fora do âmbito universitário, Etelvina conseguiu reunir um corpo docente expressivo. Foram nossos professores ela própria, Maria Helena Viana Lima e Cacilda Basilio de Souza Reis, nas disciplinas técnicas. Nas chamadas disciplinas culturais, tivemos professores como Angela Vaz Leão, Eduardo Frieiro e

¹ Nota do entrevistador: ver BORKO, Harold. Information Science: what is it? **American Documentation**, Silver Spring, MD, v. 19, n.1, p. 3-5, Jan.1968.

Henriqueta Lisboa. Ao terminar o curso, comecei a trabalhar com as bibliotecárias Stella Maris Borges e Natércia Nunes. Organizamos os serviços de bibliotecas do SESC, hoje serviços modelares. Com o nascimento dos meus filhos, estive afastada da vida profissional por dois anos. Voltei a trabalhar dirigindo, então, a biblioteca da Escola de Veterinária da UFMG.

Entrevistadora – A propósito, como a Senhora percebe sua participação e contribuição para a biblioteconomia e principalmente para a Escola?

Profa. Ana Maria – Comecei a lecionar em 1964, sendo que as aulas na universidade começaram com mais de um mês de atraso, devido à Revolução. A Escola já funcionava na Universidade e estava sob a direção da professora Maria Martha de Carvalho, instalada no sexto andar do prédio da Reitoria, mas, sem ter ainda definida a sua situação na estrutura universitária, o que viria a ocorrer após grande esforço liderado por Martha. Alguns anos depois, com a reforma universitária, tivemos que lutar para que a Escola mantivesse sua autonomia. Na ocasião, os professores Antônio Marçal, Maria Lúcia Garcia e eu, elaboramos um documento explicitando a natureza, o objeto de estudo e finalidade da biblioteconomia, a sua não relação direta com outras áreas propostas para uma composição. No Brasil, já havia experiências, mostrando a tendência de departamentos de biblioteconomia tornarem-se meros apêndices, junto a cursos de jornalismo e publicidade. A autonomia conseguida permitiu à Escola crescer e firmar-se como uma das lideranças nacionais. A história da biblioteconomia, em Minas Gerais, é fortemente marcada pela atuação de suas pioneiras Etelvina Lima e Maria Martha de Carvalho.

Pessoalmente, o estímulo maior recebido de ambas, foi, talvez, o de me passarem a impressão que acreditavam em mim, pelo menos atribuíram-me responsabilidades e faziam exigências, mas no bom sentido. Estas vieram principalmente de Martha, o que foi muito importante para minha vida profissional. Etelvina, por sua vez, chegava a me indicar para compromissos do tipo: debater em mesa do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia. Durante a gestão da Martha, fui coordenadora didática da graduação por dois mandatos consecutivos. Etelvina, então professora titular, designou-me para acompanhá-la na disciplina “Biblioteca Pública”, no curso de mestrado. Eu que apenas acabara de concluir o meu mestrado.

Para falar sobre uma possível contribuição de natureza profissional ou científica, tenho que reportar-me aos principais temas estudados para o mestrado e doutorado e que geraram, como é de se esperar, trabalhos publicados e orientações de dissertação. Seria indicador de alguma contribuição, o tema de minha dissertação de mestrado? “Os recursos audiovisuais na biblioteca universitária”, foi, em certa medida, a continuação de um curso de especialização realizado na Universidade da Califórnia, em San Diego, em 1972. Na *Loughborough University*, na

dissertação de mestrado, tive a sorte de ser orientada pelo professor Norman Beswick, autor de livros sobre o assunto. A minha dissertação, apesar de ter abordado a questão dos recursos audiovisuais no contexto da biblioteca universitária, foi retomada em sala de aula, na perspectiva dos que não tiveram acesso à palavra escrita, vivendo em uma cultura essencialmente oral.

No ensino de disciplinas no mestrado, desenvolvi também alguns estudos. Na disciplina "Biblioteca Pública", da área de concentração "Biblioteca e Sociedade", realizamos um estudo exploratório no bairro da Pompéia, em Belo Horizonte, com o objetivo de conhecer as formas e meios que a população usavam para obter as informações necessárias ao seu dia a dia, informação essa, variadamente denominada informação utilitária, informação para a comunidade, informação para a sobrevivência. A literatura existente sobre o tema era escassa e estrangeira. O local nos foi indicado pela professora Regina Helena, do Departamento de Psicologia da FAFICH, que, naquela ocasião, estava desenvolvendo um trabalho junto ao grupo escolar da Pompéia. Lembro-me de que Regina Helena acompanhou, com interesse, o desenvolvimento da pesquisa e nos incentivou a apresentar seus resultados no XI Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, realizado em João Pessoa, Paraíba. Este trabalho foi realizado juntamente com as alunas. Em sala de aula, tínhamos como referências teóricas Gramsci e Paulo Freire.

O assunto era novo, mesmo em países como Estados Unidos e Inglaterra, que têm excelentes sistemas de bibliotecas públicas. Lá, os bibliotecários se davam conta de ser essa informação utilitária, obtida não em bibliotecas públicas, mas, em sindicatos, associações comunitárias, organizações não governamentais, enfim.

No Brasil, onde as bibliotecas públicas continuam sendo as que menos se desenvolveram – sendo as razões principais, as mesmas que respondem pelo estado da saúde e educação no país, houve como um "despertar" para a questão, resultando em trabalhos publicados, implantação de núcleos de informação nas periferias pobres e, principalmente, uma aproximação de bibliotecários com os inúmeros serviços de informação existentes em organizações não governamentais, provendo informações aos movimentos sociais. Com os alunos, avançamos a discussão, procurando evoluir para um conceito de informação para a cidadania. Mas não cheguei a escrever sobre essa questão, embora tenha pensado em desenvolvê-la quando do concurso para professor titular, concurso que não realizei, tendo me aposentado.

Entrevistadora – Trabalhou também com outras disciplinas no mestrado?

Profa. Ana Maria – Quando o professor Eduardo Wense Dias afastou-se para cursar o doutorado nos Estados Unidos, assumi disciplina de outra área de concentração do mestrado – "Biblioteca Especializada".

Também, nesta disciplina, sai de sala de aula com as alunas para um estudo de campo junto à dez organizações (empresas privadas, empresas estatais, institutos de pesquisa e desenvolvimento e departamentos de universidades), em Minas Gerais e São Paulo. O ponto de convergência entre essas organizações era o fato de terem desenvolvido alguma modalidade de tecnologia. O estudo visou obter melhor percepção quanto ao papel das bibliotecas/ serviços de informação junto ao processo de criação/ desenvolvimento de tecnologias próprias. Em sala de aula, havíamos procedido a estudos referentes à relação ciência-tecnologia-sociedade, priorizando a questão da dependência tecnológica, sob os marcos referenciais dos teóricos da CEPAL². A revista Ciência da Informação publicou os resultados do estudo em 1983. Nesta linha de investigação, contando já com recursos do CNPq, desenvolvi estudo de caso da USIMINAS e ACESITA, também com os resultados publicados. Na Universidade Federal da Paraíba, trabalhando com dois engenheiros especialistas em transferência de tecnologia, tive oportunidade de avançar os estudos até o processo de transferência de tecnologia da universidade para o setor produtivo, em um estudo *ex-post-facto*.

Dos estudos publicados, rememoro esses dois, por terem envolvido o trabalho em equipe e, talvez, tenham contribuído para aumentar a percepção de que a especialização técnica, isoladamente, não é suficiente para levar-nos a situar nosso conhecimento no contexto das exigências sociais.

Entrevistadora – Com essa trajetória rica e importante, como a Profa. Ana fecharia esse comentário sobre a sua participação como professora, pesquisadora e administradora?

Profa. Ana Maria – A maior parte de minha vida profissional ocorreu no exercício do magistério, sendo vinte anos na UFMG e seis anos na UFPB. Confesso que ao iniciar o magistério não estava muito segura quanto à permanência nele. Durante algum tempo, trabalhei em tempo parcial na Escola e, paralelamente, na biblioteca da Escola de Veterinária. A timidez e insegurança eram barreiras a serem vencidas a cada semestre, quando enfrentava uma nova turma. A decisão de continuar foi, em grande parte, motivada, naquele início de carreira, através da distinção que os estudantes me concederam, elegendo-me “Professora do ano na Escola de Biblioteconomia”. À época, 1965, havia uma promoção do Diário de Minas, com eleições em todas as unidades da UFMG.

Pensar se valeu a pena trabalhar no ensino envolve dois ângulos. Sob o ângulo de ganhos materiais, a resposta é não. Principalmente para as pessoas como eu, que se aposentaram pelo INSS. Sob outro ângulo valeu a pena, e muito, se a memória não se detém nas ocasiões em que faltou na Escola um debate aberto, com discordâncias explicitadas. Mas, se me volto para as equipes de estudos e pesquisas com alunos,

² Nota do entrevistador: A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe foi criada em 1948 e é uma das cinco comissões econômicas da Organização das Nações Unidas.

professores de outras áreas e, principalmente, com colegas da Escola, antes alunos, depois interlocutores importantes, não tenho dúvidas de que valeu a pena. Uma coisa notável na universidade é a possibilidade de interação e de referências a que podemos recorrer.

Hoje a minha relação com a Escola é social, afetiva. Eu vou lá aos eventos. A Liginha, que atualmente está na Reitoria, por exemplo, foi minha orientanda no mestrado... Eu tenho grande carinho e afeição pela Escola, mas se você me perguntar sobre as disciplinas que são lecionadas hoje eu não sei. Minhas leituras, hoje, são de outra ordem. No momento estou lendo Walter Benjamin, sabe por quê? Minha neta está se preparando para a seleção do Mestrado de Comunicação da UFMG. Olhando a bibliografia indicada para a seleção vi Walter Benjamin, interessei-me e estou lendo.

Entrevistadora – Profa. Ana Maria, agradecemos muito sua participação e mais essa contribuição nesse momento. Eu, particularmente, agradeço a oportunidade que estou tendo em lhe conhecer.